

O desenvolvimento sustentável no âmbito das pesquisas científicas do turismo: da assimilação acrítica ao declínio do modismo no Brasil?

Sustainable development within the scientific tourism research: From the uncritical assimilation to the **fad decline** in Brazil?

GUILHERME VARAJÃO * [guilhermefdcv@ufvjm.edu.br]

HUGO ARAUJO ** [hugo.araujo@campus.ul.pt]

Resumo | O presente artigo apresenta uma investigação sobre como o termo “desenvolvimento sustentável” (DS) foi utilizado por autores da área do turismo em idioma português. Para isso, realizou-se uma análise quantitativa de 575 artigos publicados em 31 periódicos, durante o período de 1992 a 2016, que continham o termo “desenvolvimento sustentável” e, ou as palavras “sustentável” e, ou “sustentabilidade”. De maneira geral, observou-se que ocorreu um processo evolutivo do emprego dos termos, sendo possível identificar os períodos de surgimento (1992-2000), crescimento (2001-2008), auge (2009), estagnação/oscilação (2010-2013) e declínio (após 2014). Em um segundo momento da pesquisa, foi feita uma análise qualitativa de 46 artigos que citavam o termo DS, no título ou nas palavras chave, e que estudaram alguma área do Brasil. Ao arrepio dos resultados encontrados por outros autores, constatou-se a predominância de artigos que utilizaram abordagens qualitativas, em detrimento de abordagens quantitativas e mistas. Há indícios que sugerem que houve certa assimilação acrítica dos termos por alguns trabalhos e o desuso dos termos também pode ser devido ao surgimento de novos. Assim, estudos futuros poderão confirmar se as pesquisas sobre sustentabilidade e turismo sustentável se assemelham a um modismo passageiro ou se novas abordagens surgirão para amadurecer ou renovar os conceitos.

Palavras-chave | Turismo sustentável, desenvolvimento sustentável, sustentabilidade

Abstract | This article presents an investigation into how the term "sustainable development"(SD) was employed by authors of the tourism sector in the Portuguese language. For this, we carried out a quantitative analysis of 575 articles published in 31 journals during the period 1992-2016, which contained the term "sustainable development"and, or the words "sustainable"and, or "sustainability". In general, it was observed that the use of these terms had an evolutionary process, being possible to

* **Doutor** em Geografia (Análise Ambiental) pela Universidade Federal de Minas Gerais. **Professor** Adjunto do Curso de Turismo da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri.

** **Doutorando** em Turismo no Instituto de Geografia e Ordenamento do Território da Universidade de Lisboa. **Bolsista** da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

identify periods of emergence (1992-2000), growth (2001-2008), peak (2009), stagnancy / oscillation (2010-2013) and decline (after 2014). In a second phase of the research, a qualitative analysis was conducted of 46 articles that quoted the SD term in the title or in the keywords and studied an area of Brazil. Contrary to the results found by other authors, there was a predominance of articles that used qualitative approaches rather than quantitative and mixed approaches. There is evidence to suggest that there was some uncritical assimilation of the terms by some articles whilst the disuse of the terms may also be due to the emergence of new ones. Thus, future studies will confirm if research on sustainability and sustainable tourism resemble a fad or if new approaches will rise to renew or develop these concepts furthermore.

Keywords | Sustainable tourism, sustainable development, sustainability

1. Introdução

O Relatório de Brundlandt, em 1987, foi o principal difusor do termo desenvolvimento sustentável (DS). Desde seus primeiros usos, este termo se tornou um enorme “guarda-chuva”, que passou a abrigar “uma variada gama de propostas/abordagens inovadoras, progressistas, ou que, pelo menos, caminham na direção de maior justiça social, melhoria da qualidade de vida da população, ambientes mais dignos e saudáveis, compromisso com o futuro” (Costa, 2000, p.62). Ao mesmo tempo em que essa abrangência sintonizou diferentes perspectivas e propostas de variadas origens, foi também responsável pela banalização do conceito, evidenciando a sua imprecisão, de maneira a transformá-lo em “peça de retórica e, portanto, insustentável por definição” (Costa, 2000, p.62).

Mebratu (1996) afirma que isso levou a um alargamento do discurso sobre o conceito de DS, resultando em uma grande variedade de definições e interpretações, muitas delas pendendo para as prerrogativas institucionais focadas em elementos específicos, ao invés de tentar compor a essência do conceito. Nessa perspectiva, pode-se afirmar que o DS virou mais um modismo entre governos e empresas para atender, concomitantemente, às pressões sociais e à demanda crescente de um potencial mercado consumidor - diferente do conceito

definido, mesmo que de forma vaga, pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento da Organizações das Nações Unidas (Carpenter, 1995).

O turismo, enquanto uma das atividades humanas mais marcantes do séc. XX, não foi exceção (Hunter, 2002). No momento em que se intensifica no mundo a discussão sobre a degradação dos recursos naturais do planeta, também começaram a surgir novas formas de pensar e praticar a atividade turística (Körössy, 2008). O turismo enquanto “indústria sem chaminés” é um mito, e hoje sabe-se que ele pode ser tão prejudicial quanto as indústrias de transformação mais poluidoras (Dias, 2003, p. 86).

Segundo Liu (2003), o DS do turismo tem sido auferido, em geral, com base em julgamentos subjetivos, sem referência a quaisquer padrões ou critérios que suportem as afirmações. Nestas condições, o DS do turismo tornou-se um jargão para planejadores e políticos, um tema para conferências e um slogan para ativistas ambientais (Ruhanem, 2004).

Deste modo, uma das questões que pode ser levantada, entre tantas outras que suscitam especulação, é: como o termo DS foi abordado no âmbito das pesquisas científicas do turismo? Assim, a proposta deste estudo foi analisar qualitativamente e quantitativamente o emprego do termo

DS e das palavras sustentável e sustentabilidade ao longo do tempo nas publicações de turismo. Levantou-se, como hipótese inicial, que muitos autores poderiam ter assimilado de modo acrítico ou, até mesmo, equivocado o conceito de DS.

A investigação concentrou-se no Brasil, onde o turismo é um setor crescente e fundamental para a economia de várias regiões do país (Coriolano & Almeida, 2007). Segundo a Organização Mundial do Turismo (*World Tourism Organization* [UNWTO], 2016), o Brasil recebeu 6,306 milhões de turistas estrangeiros em 2015, sendo classificado, em termos de chegadas de turistas internacionais, como o principal destino da América do Sul e o segundo na América Latina, depois do México. As receitas geradas pelos turistas internacionais no Brasil atingiram 5,844 bilhões de dólares em 2015 (*World Tourism Organization* [UNWTO], 2016). No Índice de Competitividade em Viagens e Turismo (*The Travel & Tourism Competitiveness Report*) de 2015, uma média dos fatores que avaliam se um país é atraente para o desenvolvimento de uma indústria turística, o Brasil ficou no 28º lugar entre os 141 países avaliados, sendo a terceira melhor pontuação do continente americano, atrás de Canadá e Estados Unidos (Crotti & Misrahi, 2015).

O artigo inicia com a explicação metodológica do estudo empreendido, seguido de uma revisão teórica conceitual acerca do desenvolvimento sustentável e sua relação com o turismo. Ao final, são apresentados e discutidos os resultados obtidos. Espera-se que estes contribuam para debates teóricos, sofisticação metodológica e implicações práticas do DS no âmbito da investigação científica sobre o turismo no Brasil.

2. Metodologia

O presente estudo corresponde a uma revisão bibliográfica, de caráter exploratório-descritivo, uma vez que buscou analisar as publicações e estabelecer as tendências da produção científica que aborda o DS, o turismo sustentável e a sustentabilidade no âmbito das publicações de turismo em idioma português.

Essa investigação possui semelhanças, em termos teóricos e metodológicos, com os trabalhos de Lu e Nepal (2009), Dagostino, Romo e Sánchez (2013), e Freitas, Souza, Zambra, Romeiro e Pereira (2014). Lu e Nepal (2009), fizeram uma análise de conteúdo dos artigos publicados no *Journal of Sustainable Tourism*, no período de 1993 a 2007. Já Dagostino et al. (2013), analisaram a aplicação do desenvolvimento sustentável no turismo nas publicações científicas hispano-americanas. Para isso, realizaram a análise de conteúdo de 128 artigos selecionados a partir da busca na Redalyc (*Rede de Revistas Científicas de America Latina y el Caribe, España y Portugal*) e uma revista acadêmica eletrônica (TURyDES), com condicionante de incluir no título, nas palavras-chaves ou no resumo, as palavras: desenvolvimento sustentável e turismo. Freitas et al. (2014), por sua vez, realizaram uma análise de conteúdo das principais discussões referentes ao tema sustentabilidade na atividade turística do Brasil, no período de 2003 a 2012. Os autores analisaram de forma qualitativa 52 artigos científicos publicados em revistas nacionais, específicas em português, nas áreas de Administração, Ciências Contábeis e Turismo, avaliadas nos estratos "A1, A2, B1 e B2" (Qualis/Capes).

Este estudo foi realizado no período de maio a outubro de 2016, e dividiu-se em duas etapas. Na primeira, realizou-se o levantamento e a análise quantitativa dos artigos, publicados em 31 periódicos, durante o período de 1992 a 2016, que cita-

¹O sítio de busca "publicações de turismo" possui 31 periódicos indexados, sendo 17 ativos e 14 extintos. Disponível em: <<http://www.publicacoesdeturismo.com.br/>>. Acesso em 19 set. 2016.

vam, no título, no resumo ou nas palavras-chave, ao menos um dos seguintes termos: “desenvolvimento sustentável”, “sustentabilidade” e “sustentável”. A busca destes artigos foi realizada por meio do sítio eletrônico “Publicações de Turismo”¹, que é uma base de dados de artigos, em grande parte em língua portuguesa, publicados em 31 periódicos científicos da área de turismo. Assim, foram identificados os periódicos que concentravam o maior número de publicações que empregaram os termos acima. Foram observadas, também, as datas em que os artigos foram publicados, de modo a demonstrar a evolução temporal da utilização dos termos analisados, identificando os períodos de crescimento, auge e declínio.

Na segunda etapa, realizou-se uma análise qualitativa dos artigos publicados nos últimos sete anos, entre 2009 e 2016², que continham o termo “desenvolvimento sustentável” no título e, ou nas palavras-chave, e estudavam alguma região do Brasil. A partir da análise de conteúdo das 46 publicações encontradas, criou-se um banco de dados, contendo as seguintes informações: (1) Título do artigo; (2) Autores; (3) Periódico; (4) Ano de publicação; (5) Área de estudo; (6) Tipo de turismo; (7) Metodologia; e (8) Abordagem. Segundo Bardin (2009), a análise de conteúdo, enquanto método, envolve um conjunto de técnicas de análise das comunicações que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens.

Os resultados obtidos são derivados de testes de associação de palavras (estereótipos e conotações) e apresentam um panorama geral da evolução dos debates teóricos, das metodologias e implicações práticas do DS do turismo no Brasil.

3. Desenvolvimento sustentável: origem, conceitos e discussões

Embora a relação conflituosa entre crescimento econômico e meio ambiente remonte às primeiras formas humanas de civilização, apenas a partir do século XX esta questão se tornou mais premente, uma vez constatado que determinadas atividades humanas poderiam colocar em risco a existência da vida na Terra (Hogan, Guimarães, Leme & Carmo, 2000). Entre as projeções pessimistas de ecologistas intransigentes, com advertências malthusianas³ e alarde sobre o esgotamento de reservas naturais, e as abordagens economicistas de visão estreita com a busca do crescimento econômico a todo custo, no contexto pós-segunda guerra mundial, debates e conferências buscaram estabelecer um caminho intermediário, considerando a necessidade e a possibilidade de se projetar e implementar estratégias ambientalmente adequadas, sem tolher as propostas de desenvolvimento (Keyfitz, 1989).

Em 1972, durante a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente que aconteceu em Estocolmo, na Suécia, pela primeira vez, líderes do mundo todo se reuniram para debater os impactos negativos provocados no meio ambiente em decorrência do processo de desenvolvimento empreendido pelos países industrializados e as consequências trágicas que poderiam deixar para as futuras gerações. Após esse encontro a discussão sobre os impactos ambientais tomou uma amplitude global nos diversos âmbitos social, econômico, político e acadêmico (Daly, 2006).

Mais tarde, em 1987, a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (*World Commission on Environment and Development*) criada pela Organização das Nações Unidas (ONU) publicou o Relatório Brundtland, com o título “Nosso Futuro Comum” (*Our Common Fu-*

²Foi escolhido o intervalo entre 2009 e 2016 para a análise qualitativa, uma vez que corresponde ao período de auge (2009) e posterior declínio do emprego do termo DS, conforme será demonstrado posteriormente.

³Preocupado com o crescimento populacional acelerado, o economista inglês Thomas Malthus publicou em 1798 uma série de ideias alertando que a população iria crescer tanto que seria impossível produzir alimentos suficientes para alimentar o grande número de pessoas no planeta (Malthus, 1983).

ture). Esse documento foi o principal difusor do termo desenvolvimento sustentável (DS), definido como aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade das gerações futuras de atenderem às suas próprias necessidades (WCED, 1987).

Em função do modelo capitalista de produção obcecado quase exclusivamente com o crescimento sem limites, o conceito de desenvolvimento permaneceu durante muito tempo associado ao crescimento econômico sem considerar as dimensões sociais, políticos e ambientais. Era suposto que o aumento de riquezas poderia melhorar as condições de vida da população e, ainda hoje, os termos “crescimento” e “desenvolvimento” são frequentemente empregados como se tivessem o mesmo significado. Todavia, conceitualmente, a distinção entre os dois é fundamental, especialmente quando governantes e atuantes no setor financeiro referem-se a crescimento sustentável e economia sustentável, sem qualquer verossimilhança ao DS (Mendes, 2009).

De certo modo, crescimento significa acesso e acumulação de materiais físicos e financeiros em termos quantitativos. Desenvolvimento, por sua vez, representa o acesso a bens e condições em bases qualitativas e medidas por índices de eficiência (Carpenter, 1995). Nessa perspectiva, Carpenter (1995) afirma que crescimento e desenvolvimento, em conjunto, determinam o destino da humanidade e servem para a busca de respostas a questões fundamentais como: Onde estamos? Para onde estamos indo? Onde pretendemos chegar? E como chegaremos lá?

Segundo Furtado (2005), o atual modelo econômico estimulou a apropriação dos bens naturais de modo predatório e a transferência dos custos ambientais – chamados pelos economistas de externalidades – para a sociedade como um todo. Neste contexto, o DS representa a aquisição quantitativa e qualitativa de bens e serviços providos pela natureza para atendimento das necessidades econômicas, ambientais e sociais, sem comprometer

o direito das gerações futuras de disporem de bens e serviços naturais para atenderem a suas próprias necessidades.

A atual diversidade de conceitos de DS é representada por interpretações e opiniões que foram produzidas antes e depois da definição clássica da Comissão Brundtland (Daly, 2006). Algumas interpretações servem para orientar a reflexão a respeito do uso desse termo, entre as quais é possível destacar, como exemplo, algumas a seguir.

Para a *Organisation for Economic Co-Operation and Development* (OECD) o DS significa rota de desenvolvimento ao longo da qual a maximização do bem-estar do ser humano na geração atual não leve ao declínio do bem-estar futuro (*Organisation for Economic Co-Operation and Development* [OECD], 2016). Outra definição muito próxima da definição original de DS é a do *World Business Council for Sustainable Development* (WBCSD): “capacidade de satisfazer continuamente as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazerem as suas próprias necessidades” (*World Business Council for Sustainable Development* [WBCSD], 2002, p.8).

A linguagem utilizada na área empresarial considera que:

desenvolvimento sustentável significa a adoção de estratégias de negócios e atividades que atendam às necessidades da organização e suas partes interessadas, ao mesmo tempo em que protege, mantém e aprimora os recursos humanos e naturais que serão necessários no futuro. (Furtado, 2005, p.16).

Já para Sachs (1993) o DS está atrelado a algo mais do que um compromisso entre o ambiente físico e o crescimento econômico. Ele significa uma definição de desenvolvimento que reconhece, nos limites da sustentabilidade, origens não só naturais

como estruturais. Costanza, D'Arge, De Groot, Farber, Grasso, Hannon e Raskin (1998), afirma que a sustentabilidade dos sistemas econômicos e ecológicos dependeria da habilidade para construir objetivos e incentivos em curto prazo, respeitando o crescimento econômico local e interesses privados, consistentemente com objetivos em longo prazo.

Por outro lado, para alguns autores o desenvolvimento sustentável é um falso discurso ecologista, veiculado por organismos internacionais, resultante da interação entre o saber científico e as pressões dos centros de poder da sociedade, que o utilizam para legitimar as suas formas de dominação (Daly, 2006; Mebratu, 1996).

De acordo com Mebratu (1996), o DS constitui-se em uma construção teórica que vela as contradições existentes entre as formas de desenvolvimento dos países ricos, desperdiçadoras de energia e recursos, contaminadora e destruidora dos equilíbrios naturais, com o intuito de inferir que a culpa das mazelas ambientais pertence aos países pobres. Nesse sentido, a retórica do DS é uma solução que os organismos internacionais e os bancos multilaterais encontraram de expandir o processo de globalização econômica, generalizando o consumo dos países centrais para os periféricos, mediante a indispensável concretização do potencial de crescimento econômico, sob o aleivoso pretexto de dar aos países menos desenvolvidos igualdade de oportunidade para a satisfação de suas necessidades (Mebratu, 1998).

Daly (2006) afirma que as noções de sustentabilidade são construídas e reconstruídas, sejam na imprensa, produções literárias e principalmente pelo empresariado, como estratégia planetária na angariação de lucro, com os mesmos moldes que geraram as próprias crises ambientais que se tenta combater. As tomadas de decisões dos governos e empresas buscam mais minimizar as "externalida-

des" do crescimento econômico do que apresentar maneiras reais pelas quais o desenvolvimento deve acontecer (Costanza et al., 1998).

Diante dessas considerações, a corrente crítica afirma que o DS se configura como uma tentativa do capital de implementar uma aparente mudança quando, na verdade, busca-se garantir que nada mude, transformando o discurso da sustentabilidade numa quimera, ou em pura ilusão. Assim, o DS passa a ser de utilidade ao sistema capitalista por propor uma nova (velha) racionalidade ao tradicional modo de produção.

4. A relação do turismo com o desenvolvimento sustentável

Apesar do desgaste que o termo DS sofreu, é indiscutível que ele esteve na base das transformações observadas desde o princípio da década de 90 e que moldou a orientação buscada pelas políticas ambientais dos diversos setores da economia mundial (Hardy & Beeton, 2001).

Desde que a questão ambiental se tornou premente em diversos segmentos, na área do turismo não foi diferente. Afinal, nos últimos anos, o turismo tem se mostrado uma atividade econômica em franca expansão, assumindo importante papel enquanto fonte de renda para diversos países (Körössy, 2008). De acordo com dados da Organização Mundial do Turismo (UNWTO, 2016), espera-se que o número de chegadas de turistas internacionais cresça no mundo em média 3,3% entre 2010 e 2030⁴, sendo que o ano de 2015 registrou 1,186 bilhão de chegadas, o que representou um crescimento na ordem de 4,6% em relação ao ano anterior.

Contudo, ao analisar o turismo de forma qualitativa, constata-se que o crescimento da atividade

⁴Com o tempo, prevê-se que a taxa de crescimento médio diminua gradualmente, passando de 3,8%, em 2010, a 2,9%, em 2030. Nestas condições, estima-se que o número de chegadas internacionais de turistas no mundo será 1,4 bilhão, em 2020, e 1,8 bilhão até o ano de 2030 (UNWTO, 2016).

e a sua massificação passaram a expressar em maior escala características negativas, pois a chegada cada vez mais frequente e desorganizada de visitantes tende a comprometer a paisagem e as relações culturais estabelecidas em determinada região (Ruschmann, 1997). O turismo interfere e altera as dinâmicas locais, produzindo impactos ora positivos, ora negativos (Dias, 2003). Entre os principais impactos positivos estão: geração de empregos, desenvolvimento local, construção de infraestruturas e dinamização da economia local. Já entre os efeitos negativos, os mais relevantes são: pressões especulativas; ocupação desordenada do espaço; práticas incompatíveis com a utilização do solo; conflitos com valores tradicionais consolidados e estandardização dos padrões de consumo (Organização Mundial do Turismo [OMT], 2003).

Assim, fica evidente a necessidade de se trabalhar no sentido de minimizar os impactos negativos e maximizar os positivos (Körössy, 2008). É neste contexto que surge e se afirma a ideia de turismo sustentável, baseando-se na definição de desenvolvimento sustentável posta pela ONU no Relatório Brundtland, em 1987. A atividade turística passa a ser vista como um instrumento de desenvolvimento para as populações locais e para a conservação da natureza e, desde então, tem-se verificado uma preocupação crescente com a sua sustentabilidade (Liu, 2003).

A Organização Mundial do Turismo, assim, definiu:

Turismo sustentável significa que os recursos naturais, histórico e culturais para o turismo sejam preservados para o uso contínuo no futuro, bem como no presente. O turismo sustentável significa também que a prática do turismo não acarrete sérios problemas ambientais ou socioculturais, que a qualidade ambiental da área seja pre-

servada ou melhorada, que um alto nível de satisfação do turista seja mantido de forma a conservar os mercados para o turismo e a expandir suas vantagens amplamente pela sociedade (OMT, 2003, p.17).

Nessa perspectiva, pode-se concluir que o turismo sustentável se assenta essencialmente em três pilares: a sustentabilidade econômica, que trata da viabilidade das empresas e de sua capacidade para se manter em longo prazo; a sustentabilidade social, que implica o respeito aos direitos humanos e a igualdade de oportunidades para todos os membros da sociedade; e a sustentabilidade ambiental, que corresponde a conservação e gestão dos recursos, especialmente os não-renováveis ou que sejam fundamentais para a subsistência (OMT, 2003).

Contudo, ao analisar o contexto em que a atividade turística foi se desenvolvendo, percebe-se que a sua lógica capitalista é similar às demais atividades, ou seja, prioritariamente voltada para a exploração econômica e maximização dos lucros (Hardy & Beeton, 2001). Devido a isso, há autores que consideram a atividade turística incompatível com a ideia de DS, visto que o turismo tem poder de transformar os recursos naturais e a cultura de uma determinada região em mercadorias de consumo, de acordo com os padrões de conforto e qualidade de vida do mundo moderno (Hardy & Beeton, 2001; Hunter, 2002; Liu, 2003).

Por outro lado, há autores que consideram a possibilidade do DS do turismo através do rigoroso planejamento e controle da atividade (Ruschmann, 1997). Afinal, o turismo sempre foi visto como alternativa de DS para as nações, assim, foi crescendo durante muitos anos sem planejamento, num processo espontâneo, apropriando-se dos territórios, de acordo com interesses individuais e das oportunidades de negócios. As preocupações sobre as políticas e o planejamento do turismo aparecem apenas quando este toma significativas proporções

econômicas ou quando vem a causar transtornos (Dias, 2003).

Como visto, tal como o termo que lhe deu origem, o DS do turismo também está longe de ser algo consensual. Sob essa perspectiva, o presente estudo se propôs a fazer uma revisão bibliográfica para analisar como o DS foi assimilado no âmbito das publicações científicas em português sobre o turismo e, em particular, sobre os estudos recentes desenvolvidos no Brasil.

5. Resultados

Desenvolvida em setembro de 2016 por meio do site de busca “Publicações de Turismo”, a pesquisa pelos termos “desenvolvimento sustentável”, “sustentabilidade” e “sustentável” em periódicos

encontrou, ao todo, 575 artigos. Dentre os mesmos, 183 artigos usaram somente a palavra “sustentabilidade”, 159 citaram apenas a palavra “sustentável”, 95 empregaram o termo “desenvolvimento sustentável”, 77 continham as palavras “sustentabilidade” e “sustentável”, e 61 utilizaram simultaneamente os termos “desenvolvimento sustentável” e “sustentabilidade”. As publicações foram veiculadas por 29 periódicos, embora apenas cinco concentrem 53,9% das comunicações científicas. As principais revistas que publicaram artigos com os termos analisados são: Revista Brasileira de Ecoturismo (87), Caderno Virtual de Turismo (79), Turismo Visão e Ação (63), Turismo em Análise (49), e Revista Turismo & Desenvolvimento (32), conforme demonstrado pela figura 1 abaixo.

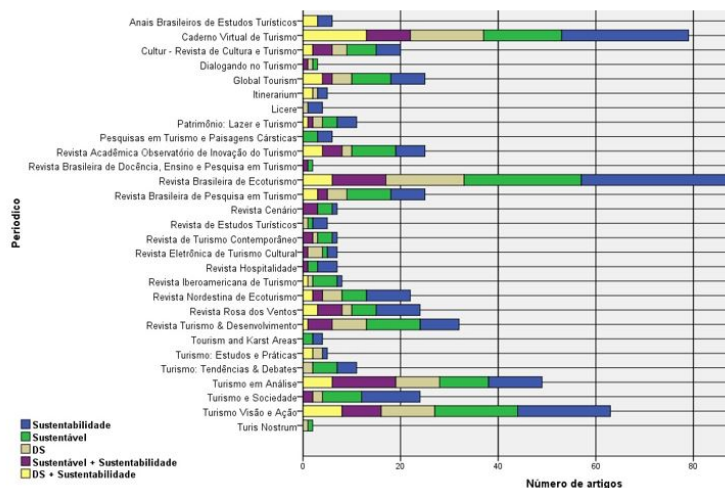


Figura 1 | Número de artigos publicados por periódico, classificados de acordo com os termos empregados: “sustentabilidade”, “sustentável”, “desenvolvimento sustentável”, “sustentável e sustentabilidade” e “desenvolvimento sustentável e sustentabilidade”
Fonte: Elaboração própria

A figura 2 representa o número de publicações em cada ano, de acordo com os termos analisados. Considerando a soma total dos artigos publicados em cada ano, de maneira geral, observou-se que ocorreu um processo evolutivo, sendo possível

identificar os períodos de surgimento (1992-2000), crescimento (2001-2008), auge (2009), estagnação/oscilação (2010-2013) e declínio (após 2014).

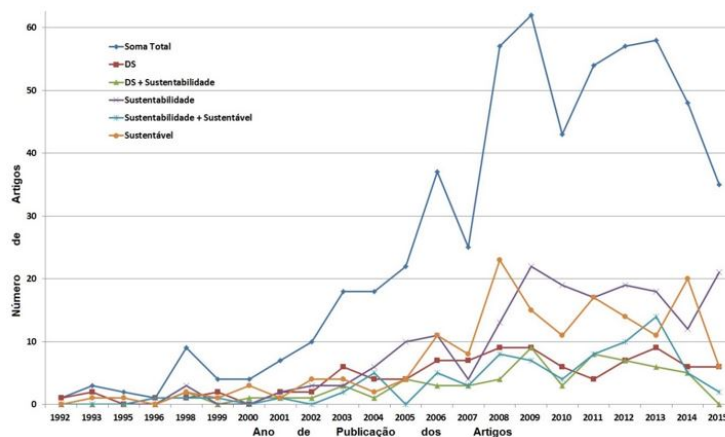


Figura 2 | Número de artigos que empregaram os termos “sustentabilidade”, “sustentável”, “desenvolvimento sustentável”, “sustentável e sustentabilidade” e “desenvolvimento sustentável e sustentabilidade”, segundo o ano de publicação
Fonte: Elaboração própria

Percebe-se que na década de 1990 existem poucos artigos que utilizaram os termos analisados; 20, ao todo. Trata-se do período em que os termos começaram a ser empregados. De acordo com este levantamento, a expressão “desenvolvimento sustentável” associada ao turismo foi utilizada, pela primeira vez, em 1992 e a palavra “sustentabilidade” somente em 1996; os anos 1994 e 1997 são hiatos, quando não houve publicações.

A partir de 2001, ano que registrou 7 publicações, o número de artigos passou a crescer rapidamente, de modo que, em 2008, foram identificados 57. O início do século XXI, logo, foi marcado pela difusão desses termos nas comunicações científicas de turismo em língua portuguesa, atingindo o ápice em 2009, com 62 publicações. Nesse ano de auge, a expressão “desenvolvimento sustentável” nunca foi tão propalada, sendo empregada, isoladamente, em nove artigos e associada à palavra “sustentabilidade” em outros nove artigos diferentes. Apenas a utilização da palavra “sustentabilidade”, desacompanhada do termo “sustentável”, superou em um único ano a somatória de todas as publicações da década de 1990, uma vez que foi encontrada em 22 artigos publicados em 2009.

A despeito do franco crescimento apresentado até o ano de 2009, o período entre 2010 e 2013 registrou oscilações em relação ao número de artigos que empregaram os termos, mas com nítida

tendência de declínio a partir de 2014. Assim, o gráfico demonstra com clareza que houve um momento de auge, acompanhado por oscilações que podem ser consideradas como um período de estagnação, seguidos pela recente tendência caudante.

O ano 2015 registrou somente 35 artigos que usaram os temas abordados por este trabalho; dentre estes, é necessário ressaltar que a palavra “sustentabilidade” foi empregada em 21 trabalhos, configurando uma anomalia não apenas por ser o melhor desempenho da palavra em relação aos cinco anos anteriores, mas por terminar em trajetória ascendente enquanto todos os outros termos (“desenvolvimento sustentável”, “sustentável”, “sustentabilidade e desenvolvimento sustentável” e “sustentável e sustentabilidade”) apresentaram queda em suas utilizações. Até o encerramento desta pesquisa, em setembro de 2016, não foram identificados artigos publicados em 2016 com os termos analisados.

Para realizar a análise qualitativa, foram selecionadas as publicações cadastradas no banco de dados “Periódicos de Turismo” que empregaram o termo desenvolvimento sustentável (DS) no título e, ou nas palavras chave, desde o ano de 2009; período que corresponde ao auge do emprego do termo e posterior estagnação e declínio. Foram identificados 46 artigos que continham o termo

DS, sendo 13 artigos no título e 33 artigos nas palavras-chaves. Desse montante, 12 artigos foram publicados em 2009 (26%), 3 (7%) em 2010, 11 artigos (35%) em 2011, 6 (19%) em 2012, 5 (16%) em 2013, 7 (23%) em 2014, 2 (6%) em 2015 e, até o momento, nenhum artigo foi publicado em 2016. Assim como verificado na análise quantitativa, observou-se um declínio no número de publicações desde o início do período investigado (2009), e de forma mais acentuada no último ano (2015).

Dentre os trabalhos analisados, 24 (52%) explicita ou tacitamente reconhecem que o desenvolvimento sustentável possui cinco ou mais dimensões, assemelhando-se ao conceito defendido por Sachs (1993) que distingue as dimensões econômica, social, cultural, ecológica e territorial do DS. 13 (28%) trabalhos admitem que existam quatro dimensões e nove (20%) mencionam apenas três ou menos, deixando de ressaltar o equilíbrio que deve existir entre a conservação dos recursos naturais e culturais, a viabilidade econômica da atividade, e a equidade social (Liu, 2003, Ruschmann, 1997).

O uso indiscriminado do termo por entidades públicas, privadas e do terceiro setor, com base no conceito vago apresentado pela ONU em 1987, fez surgir na sociedade correntes de questionamentos sobre o tema, após a constatação de sucessivos impactos negativos de diferentes proporções provocados por programas e projetos considerados de “desenvolvimento sustentável” (Mebratu 1998; Ruhanem, 2004). No campo do turismo, Körössy (2008) afirma que isto é um indicador claro sobre a dificuldade e a complexidade em se trabalhar com o conceito de turismo sustentável; empecilhos que se ampliam se não houver clareza sobre o que o DS representa de fato. Diante disso, autores não apenas do turismo, mas em todas as áreas do conhecimento, têm evitado o emprego do DS nas suas publicações, substituindo-o por outros termos como “desenvolvimento responsável”.

De acordo com a revisão dos 46 artigos,

verifica-se que nas pesquisas sobre o Brasil a discussão acadêmica em língua portuguesa sobre desenvolvimento sustentável encontra-se presente em todas as regiões do país, distribuída de forma bastante semelhante em 16 dos 26 Estados nacionais. Nesse aspecto quantitativo, a região Nordeste se destaca com o maior número de publicações (14=37%), seguido do Sudeste (9=24%), Norte (6=16%), Sul (5=13%), e por último o Centro-oeste (4=11%). Os demais artigos correspondem a discussões teóricas (8=17%), sem haver uma área de estudo específica. Já outros artigos abordam mais de um objeto de estudo localizados em regiões distintas (2=4%). Segundo Coriolano e Almeida (2007), o Nordeste brasileiro é hoje uma das regiões turísticas que mais cresce no país. Contudo, o turismo praticamente concentra-se nos litorais e áreas restritas, como os resorts, não atingindo todo o território nordestino. Além disso, paralelo ao desenvolvimento da atividade turística, questões básicas ligadas à saúde, saneamento, educação, emprego e renda continuam afligindo a população. Esses mesmos problemas também ocorrem nas demais regiões brasileiras, porém acredita-se que são mais evidentes no Nordeste devido ao crescimento acelerado do turismo de forma desordenada. Pode ser assumido, então, que essa realidade estimule a realização de estudos voltados ao DS do turismo.

Com relação ao tipo de turismo, o ecoturismo foi segmento mais tratado pelos artigos analisados (12=26%), em seguida, estão empatados o turismo de base local e (5=11%) e o turismo cultural (5=11%). O etnoturismo (3=7%), o turismo de sol e mar (3=7%) e o turismo rural (3=7%) também tiveram a mesma quantidade de artigos publicados. Outros segmentos emergentes do turismo foram citados, como turismo social, turismo de conservação, dentre outros; entretanto, em número pouco expressivo (3=6%). Os demais artigos abordaram o DS no âmbito do turismo em geral (12=26%). Apesar do ecoturismo ter sido mais abordado, observa-se que desde 2009 o DS

esteve relacionado a diferentes segmentos turísticos, bem como, ao turismo em geral. Isso de certa forma demonstra o amadurecimento da compreensão dos autores brasileiros sobre o tema em questão, contrariando as primeiras concepções de DS do turismo que restringiam a discussão no campo dos impactos e da conservação dos recursos naturais, negligenciando a dimensão social e cultural (Dagostino et al., 2013, Körössy, 2008). Esses resultados assemelham-se aos registrados por Lu e Nepal (2009) que verificaram que nos primeiros anos do *Journal of Sustainable Tourism* as publicações eram basicamente a respeito das atividades turísticas que ocorriam em áreas naturais, sendo que posteriormente os artigos passaram a abordar o turismo cultural, turismo urbano e outras formas alternativas de turismo.

O Caderno Virtual de Turismo foi o periódico que mais publicou artigos dos 36 que foram analisados (8=17%), em seguida a Revista Brasileira de Ecoturismo (7=15%), e a Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo (4=9%). Os demais 27 artigos foram publicados em 14 revistas científicas diferentes. Dos artigos analisados, quase a totalidade caracteriza-se como estudos de caso do tipo exploratório-descritivo. Em algumas publicações o caso investigado é específico, como um grupo de indivíduos ou uma organização, já em outros é algo mais abrangente, como políticas públicas, programas governamentais, processos de implementação ou mudanças organizacionais.

De acordo com Rosselló (2012), métodos quantitativos se tornaram predominantes nas ciências sociais, em geral, e nas pesquisas sobre o turismo, em particular. Todavia, os dados do presente trabalho mostram uma tendência oposta. A grande maioria dos artigos utilizaram abordagens qualitativas (35=76%), apenas 3 artigos utilizaram técnicas quantitativas (7%), e 8 artigos utilizaram formas mistas (17%). O procedimento mais empregado para coleta de dados foi a pesquisa de campo, por meio das técnicas de observação e entrevista utilizando questionário semiestruturado.

Apesar da maioria dos artigos analisados por Lu e Nepal (2009) também focar em estudos de caso, os métodos escolhidos foram mais equilibrados, sendo que 139 (41%) utilizaram abordagens qualitativas, 125 (37%) técnicas quantitativas, e 21 (6%) usaram as duas.

Dentre os artigos analisadas no presente estudo, verificou-se que ocorre o predomínio de abordagens qualitativas, sem necessariamente haver profundidade de investigação e, em alguns casos, chegando a conclusões baseadas em características demasiadamente subjetivas, por vezes assemelhando-se a opiniões pessoais. Não raras vezes, os autores utilizaram métodos qualitativos, mas apresentam os resultados sob a forma de tabelas, privilegiando a quantificação. De acordo com Lakatos e Marconi (2001), ambas as abordagens são ricas e contribuem para as investigações. Entretanto, a abordagem qualitativa requer alto nível de experiência e habilidade do pesquisador, sobretudo para evitar o excesso de subjetividade nas conclusões. Uma pesquisa qualitativa pobre, não reflexiva e meramente descritiva, cuja análise nada acrescenta ao conhecimento de um fenômeno, facilmente cai no domínio da anedota (Augusto, 2014).

Dentre os 11 artigos com abordagens quantitativas ou mistas, poucos foram além das técnicas estatísticas descritivas, como um trabalho que utilizou a modelagem de equações estruturais (*structural equations modeling* - SEM), que corresponde a um conjunto de técnicas estatísticas utilizadas para testar uma teoria de ordem causal entre um conjunto de variáveis. Buosi, Lima e Leocádio (2014), utilizaram esse recurso para apontar a influência de forma direta e positiva do desenvolvimento sustentável sobre a imagem do destino turístico, confirmando sua relevância enquanto fator a ser considerado nas estratégias de marketing para a competitividade do destino. Sobre esse aspecto, Lu e Nepal (2009) afirmam que recentemente tem havido uma tendência para introduzir métodos analíticos mais sofisticados em modelagem de dados e

testes de escala, como a modelagem multidimensional, sistemas de informação geográfica (SIG) e simulação de computador.

Por fim, a respeito da forma de abordagem do DS no âmbito do turismo, apesar do esforço de tentar enquadrar os 46 artigos nas 3 categorias definidas por Freitas et al. (2014) - planejamento e gestão para o desenvolvimento sustentável, formação e treinamento, e indicadores da sustentabilidade – considerou-se necessário adaptar à realidade apurada no presente estudo. Sendo assim, com base na análise dos artigos pode-se afirmar que os autores concentraram a discussão sobre os aspectos que envolvem: i) planejamento e gestão; e ii) avaliação.

De modo geral, os autores dos 21 artigos que envolvem planejamento e gestão defendem que o turismo eventualmente provocará significativos impactos negativos no local onde for implementado. Não obstante, através do planejamento pode-se conseguir mantê-los dentro de limites aceitáveis, para evitar modificações que possam interferir no bem-estar dos visitantes e, principalmente, dos residentes.

Sob outra perspectiva, autores de 25 artigos ressaltam que, além do planejamento, ou de modo complementar, é necessário também adotar e implementar uma série de mecanismos de avaliação que garanta o cumprimento dos princípios do DS. O planejamento turístico, portanto, não deve ser considerado como uma estrutura rígida ou um “ideal pré-fabricado” de desenvolvimento sustentável, mas um processo contínuo de adaptação, que reconhece uma variedade de abordagens de acordo com circunstâncias específicas (Hardy & Beeton, 2001; Hunter, 2002).

Dentre os métodos inovadores de avaliação do DS do turismo, nomeadamente, com base na definição de indicadores, destaca-se o trabalho de Peres Jr e Rezende (2011), que propuseram uma metodologia que possibilita a medição da sustentabilidade da rede hoteleira de Monte Verde, Minas Gerais, por meio do cálculo de índices chama-

dos de Índice de Gestão da Sustentabilidade (IGS), Índice Empresarial de Gestão da Sustentabilidade (IEGS) e Índice Geral de Gestão da Sustentabilidade (IGGS). É importante ressaltar também o estudo de Oliveira e Sabino (2013), que desenvolveram uma matriz para a avaliação da atual situação da sustentabilidade em dez atrativos turísticos dos municípios de Bodoquena, Bonito e Jardim, localizados no sudoeste do estado de Mato Grosso do Sul, por meio da aplicação de elementos da permacultura, sistema que tem como meta criar ambientes humanos de baixo impacto ambiental.

6. Conclusão

A partir dos dados apresentados sobre os termos “desenvolvimento sustentável”, “sustentável” e “sustentabilidade”, observou-se uma concentração de publicações em determinados periódicos (53,9% em cinco revistas), demonstrando que alguns veículos científicos se despontam nessa temática. A análise da escolha das áreas de estudo apontou para um cenário de ampla distribuição geográfica, a despeito de a região nordeste ter se destacado, em geral, e o litoral, em particular.

Absoluta maioria dos trabalhos analisados, os estudos de caso do tipo exploratório-descritivo também foram geralmente acompanhados de abordagens qualitativas (76%). Tendência ao arripio das publicações internacionais que, quando não privilegiam a quantificação, apresentam maior equilíbrio entre os métodos utilizados. É sabido, no entanto, que essa tendência não é somente observada nas publicações sobre o DS do turismo no Brasil, mas nas publicações brasileiras em ciências sociais e humanas, grosso modo.

O estudo detalhado dos anos de publicação dos artigos permitiu identificar a evolução temporal da utilização dos termos. Do surgimento dos termos nos anos 1990 ao abrupto crescimento no início do século XXI, o auge das publicações foi alcançado

em 2009. Após este ano, houve um período de oscilação ou estagnação da produção, terminando a série histórica com tendência cadente. As causas para o declínio observado não puderam ser identificadas somente com as discussões do presente trabalho. Há indícios, todavia, que sugerem que houve certa assimilação acrítica dos termos, coadunando com o uso banalizado ou de maneira corriqueira nos mais variados contextos sociais, uma vez que 20% dos trabalhos analisados não reconheceram sequer tacitamente as múltiplas dimensões do DS.

O desuso dos termos estudados também pode estar associado à maior cautela entre os autores, que passaram a empregar outros termos com princípios semelhantes. As discussões sobre o DS sustentável também foram ampliadas, tendo em vista que as publicações não se referem somente a áreas naturais (ecoturismo), mas apontam para maior diversidade, como demonstraram as tipologias “turismo cultural” e “turismo de base local”.

Sendo assim, estudos futuros poderão confirmar se as pesquisas sobre a sustentabilidade e o turismo sustentável de fato estão em declínio, dando cabo a uma efêmera fase (ou moda), se serão substituídos por outros termos, ou, ainda, se novas abordagens surgirão para amadurecer ou renovar os conceitos.

Referências

- Augusto, A. (2014). Metodologias quantitativas/metodologias qualitativas: mais do que uma questão de preferência. In *Forum Sociológico*. Série II (No. 24, pp. 73-77). CESNOVA.
- Bardin, L. (2009). *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70.
- Buosi, M. C., Lima, S. H., & Leocádio, Á. L. (2014). A relação entre desenvolvimento sustentável e imagem de lugar de um destino turístico: proposição de um modelo estrutural. *Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo*, 8(2), 262-285.
- Bursztyn, M. (org), Mendes, A., Sachs, I., Buarque, C., Dowbor, L., Aguiar, R. C. ... Leitao, P. (1993). *Para pensar o desenvolvimento sustentável*. São Paulo: Brasiliense.
- Carpenter, R.A. (1995). Limitation in measuring ecosystem sustainability. In T.C. Tryzna (ed), *A sustainable world: Defining and measuring sustainable development*. London: Earthscan Publications.
- Costanza, R., d'Arge, R., De Groot, R., Farber, S., Grasso, M., Hannon, B., ...Raskin, R. G. (1998). The value of ecosystem services: putting the issues in perspective. *Ecological economics*, 25(1), 67-72.
- Coriolano, L. N., & Almeida, H. M. (2007). *O turismo no nordeste brasileiro: dos resorts aos núcleos de economia solidária*. Acedido em 26 de outubro de 2016, em <http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-24557.htm>
- Crotti, R, & Misrahi, T. (2015). The travel & tourism competitiveness report 2015: Growth through shocks. Geneva: World Economic Forum.
- Dagostino, R. M., Romo, E. A., & Sánchez, R. E. (2013). Turismo y desarrollo sustentable: Contribución de hispanoamérica. *Teoría y Praxis*, 13, 9-33.
- Daly, H. E. (2006). Sustainable development-definitions, principles, policies. In M. Keiner (ed), *The future of sustainability century* (pp. 39-53). Netherlands: Springer.
- Dias, R. (2003). *Planejamento do turismo: Política e desenvolvimento do turismo no Brasil*. Editora Atlas SA.
- Freitas, N.R., Souza, P.A.R., Zambra, E.M., Romeiro, M.C. & Pereira, R.S. A gestão e a sustentabilidade na atividade turística: Uma análise das discussões na última década no Brasil. *Revista Brasileira de Ecoturismo*, 7 (2), 394-411.
- Furtado, J. S. (2005). *Sustentabilidade empresarial: guia de práticas econômicas, ambientais e sociais*. Salvador: NEAMA/CRA.
- Hardy, A. L., & Beeton, R. J. (2001). Sustainable tourism or maintainable tourism: Managing resources for more than average outcomes. *Journal of Sustainable Tourism*, 9(3), 168-192.
- Hogan, D., Guimarães, E., Leme, H., & Carmo, R. (2000). *Redistribuição da população e meio ambiente*: São Paulo e Centro Oeste, 2. Campinas: UNICAMP/NEPO.
- Hunter, C. (2002). Aspects of the sustainable tourism debate from a natural resources perspective. In Harris, R., Griffin, T., & Williams, P. (eds), *Sustainable tourism: A global perspective* (pp.3-23). New York: Routledge.
- Keyfitz, N. (1989). The growing human population. *Scientific American*, 261(3), 118-26.

- Körössy, N. (2008). Do turismo predatório ao turismo sustentável: Uma revisão sobre a origem e a consolidação do discurso da sustentabilidade na atividade turística. *Caderno Virtual de Turismo*, 8(2), 56-68.
- Lakatos, E. M., & Marconi, M.A. (2001). Metodologia do trabalho científico. São Paulo: Atlas.
- Liu, Z. (2003). Sustainable tourism development: A critique. *Journal of sustainable tourism*, 11(6), 459-475.
- Malthus, T. R. (1983). *Ensaio sobre a população*. São Paulo: Abril.
- Mebratu, D. (1998). Sustainability and sustainable development: historical and conceptual review. *Environmental impact assessment review*, 18(6), 493-520.
- Mebratu, D. (1996). *Sustainability as a Scientific Paradigm*. Lund: International Institute for Industrial Environmental Economics.
- Mendes, J. M. G. (2009). Dimensões da sustentabilidade. *Revista das Faculdades Santa Cruz*, 7(2), 49-60.
- OECD - Organisation for Economic Co-Operation and Development. (2016). *OECD Factbook 2015-2016: Economic, Environmental and Social Statistics*, OECD Publishing, Paris. Acedido em 26 de outubro de 2016, em <http://dx.doi.org/10.1787/factbook-2015-en>
- Oliveira, M., & Sabino, J. (2013). Elementos da permacultura como indutores da sustentabilidade em atrativos turísticos de Bodoquena, Bonito e Jardim, Mato Grosso do Sul. *Revista Acadêmica Observatório de Inovação do Turismo*, 7(3), 86-110.
- Partidário, M. R. (2004). Integração do conceito de desenvolvimento sustentável no turismo nacional. *Jornal Água & Ambiente*, 69, 26-27.
- Peres Jr., M. R., & Rezende, D.C. (2011). Gestão da sustentabilidade no segmento hoteleiro: estudo dos meios de hospedagem de Monte Verde, MG. *Caderno Virtual de Turismo*, 11(2), 234-252.
- Rosselló, J. (2012). Regression analysis. In Dwyer, L., Gill, A., & Seetaram, N. (eds), *Handbook of Research Methods in Tourism: Quantitative and qualitative approaches* (pp.31-46). Cheltenham: Edward Elgar.
- Ruschmann, D. V. M. (1997). *Turismo e planejamento sustentável: A proteção do meio ambiente*. Campinas: Papirus.
- Ruhanem, L. (2004). Strategic planning for local tourism destinations: An analysis of tourism plans. *Tourism and Hospitality Planning & Development*, 1(3), 239-253.
- Sachs, I. (1993). *Estratégias de transição para o século XXI*. São Paulo: Studio Nobei/FUNDAP.
- Solha, K. T. (2006). Política de Turismo: Desenvolvimento e Implementação. In Ruschmann, D. M. & Solha, K. T. (eds). *Planejamento Turístico* (pp 89-100). Barueri: Manole.
- UNWTO – United Nations World Tourism Organization. (2016). *UNWTO Tourism Highlights: 2016 Edition*. Acedido em 26 de outubro de 2016 em <http://www.unwto.org/doi/pdf/10.18111/9789284418145>
- WBCSD- World Business Council for Sustainable Development. (2002). *Toward a sustainable cement industry: Summary report*. Acedido em 26 de outubro de 2016 em <http://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/download?doi=10.1.1.114.2049&rep=rep1&type=pdf>
- WCED-World Commission on Environment and Development. (1987). *Our Common Future*. London: Oxford University Press.